cadernos

INCT INEU

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY FOR STUDIES ON THE UNITED STATES

cedec

OS MONOPÓLIOS DO GÁS NA EUROPA E NA ÁSIA E OS SEUS EFEITOS NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Solange Reis Ferreira

Cadernos Cedec nº 86
(Edição Especial Cedec/INCT-INEU)
Fevereiro de 2010

inct institutos nacionais de ciência e tecnologia
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Ministério da Ciência e Tecnologia
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL
FAPESP

OS MONOPÓLIOS DO GÁS NA EUROPA E NA ÁSIA E OS SEUS EFEITOS NA POLÍTICA INTERNACIONAL[1]

Solange Reis Ferreira[2]

Cadernos Cedec nº 86
(Edição Especial Cedec/INCT-INEU)

Fevereiro de 2010

1 Esta publicação contou com o apoio financeiro do CNPq, através do Programa INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia) (Processo nº 573860/2008-4), e da FAPESP (Processo nº 2008/57710-1).

2 Doutoranda em Ciência Política na Unicamp e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) (e-mail: solange@ineu.org.br).

CADERNOS CEDEC

EDIÇÃO ESPECIAL CEDEC / INCT-INEU

CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS

Adrián Gurza Lavalle, Alvaro de Vita, Amélia Cohn, Brasilio Sallum Jr., Cicero Araujo, Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn, Gildo Marçal Brandão, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Marco Aurélio Garcia, Miguel Chaia, Paulo Eduardo Elias, Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

DIRETORIA
Presidente: Brasilio Sallum Jr.
Vice-presidente: Sebastião C. Velasco e Cruz
Diretor-tesoureiro: Aylene Bousquat
Diretor-secretário: Maria Inês Barreto

Cadernos Cedec
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
São Paulo: Cedec, agosto de 2009

Periodicidade: Irregular
ISSN: 0101-7780

APRESENTAÇÃO

Os Cadernos Cedec têm como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas e reflexões desenvolvidas na instituição.

As atividades do Cedec incluem projetos de pesquisa, seminários, encontros e workshops, uma linha de publicações em que se destaca a revista Lua Nova, e a promoção de eventos em conjunto com fundações culturais, órgãos públicos como o Memorial da América Latina, e centros de pesquisa e universidades como a USP, com a qual mantém convênio de cooperação.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos de origem com a cidadania, a democracia e a esfera pública confere ao Cedec um perfil institucional que o qualifica como interlocutor de múltiplos segmentos da sociedade, de setores da administração pública em todos os níveis, de parlamentares e dirigentes políticos, do mundo acadêmico e da comunidade científica.

O que é o INCT-INEU?

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos está voltado precipuamente à análise das relações exteriores do Estado norte-americano. Dada a centralidade desse país no sistema mundial, o escopo do Instituto é bastante amplo. Como os Estados Unidos há muito definem seus interesses em perspectiva global e desde a Segunda Guerra os perseguem de forma conseqüente nesse âmbito, o trabalho do Instituto envolve consideração dos regimes internacionais e dos contextos regionais em que se exerce a ação do Estado norte-americano.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
1. A CRISE DO GÁS 9
2. MAIS DO MESMO 9
3. DEPOIS DA TEMPESTADE, A INCÓGNITA 12
4. DA PERSPECTIVA RUSSA 13
5. DA PERSPECTIVA UCRANIANA 16
7. POROSIDADE CENTRO-ASIÁTICA 20
9. OUTRAS CONSIDERAÇÕES 25
CONCLUSÃO 26
BIBLIOGRAFIA 26

Resumo

Utilizando-se da crise entre Rússia e Ucrânia em 2009, o texto apresenta os monopólios na indústria do gás na Eurásia, levando em conta os diferentes atores que modelam a geopolítica da energia na região. Conclui que os interesses hegemônicos dos Estados Unidos não predominam em função de existir naquela zona geográfica um hegemon regional não-aliado e a disputa por poder entre grandes e médias potências.

Palavras-chave: Energia; geopolítica; Eurásia; Estados Unidos.

Abstract

Starting from Russian-Ukrainian crisis in 2009, the article shows the monopolies of gas industry in Eurasia, taking into account the multiple actors that shape regional geopolitics of energy. It concludes that U.S. hegemonic interests do not prevail due to the existence of a regional non-allied hegemon and due to struggle among great and medium powers.

Keywords: Energy; geopolitics; Eurasia; United States.

LISTA DE ACRÔNIMOS

AIE	Agência Internacional de Energia
BYuT	Bloco de Yulia Tymoschenko
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CNPC	China National Petroleum Corporation
CSCE	Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
FDP	Freie Demokratische Partei
IEA	International Energy Agency
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OCS	Organização para Cooperação de Shangai
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PESC	Política Europeia de Segurança Comum
PR	Partido das Regiões
RUE	RosUkrEnergo
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

A subordinação dos estudos de segurança regional às análises de Grande Estratégia dificulta a percepção de nuances nas relações de poder entre Estados e na condução de política externa. Fatores regionais interferem até mesmo nas ações de Estados com pretensões hegemônicas globais, facilitando ou constrangendo a sua atuação, e gerando resultados inesperados. Ao aplicar em regiões díspares procedimentos padronizados de cooperação e conflito, ignorando variáveis sociais, culturais e econômicas, o Estado hegemônico arrisca a própria capacidade de extensão por meios não-territoriais, bem entendidos como os que dispensam o uso da força.

Para Peter Katzenstein, a política internacional recente se desenvolve em um "mundo de regiões encravado no Império Americano" (Katzenstein, 2001, p. 1). Visto como um espaço macropolítico, o sistema internacional atual apresenta muitas características decorrentes do impacto da estratégia de expansão americana sobre políticas nacionais e regionais. Por outro lado, uma análise atenta da interação entre os componentes do sistema evidencia que as políticas regionais também impõem limites ao expansionismo global, resultando em uma situação de conflito potencial ou gerando um equilíbrio conveniente para a própria superpotência, à medida que a poupa de incursões militares.

O equilíbrio entre Regiões e Império[1] depende de potências regionais agirem em consonância com as ideias da superpotência, o que não significa obediência incondicional, e sim um amálgama de interesses do qual emerge uma proposta comum de políticas internacionais. Quando as regiões possuem lideranças centrais alinhadas com os interesses americanos, o exercício do poder não-territorial pelos Estados Unidos torna-se mais simples e eficaz.

De outro modo, a inexistência de liderança presencial em algumas regiões representa um desafio à expansão imperial não-coercitiva, pois o vácuo de poder multiplica o número de competidores. Além do mais, todas as regiões comportam redes verticais formadas por forças distintas, estatais ou sociais, que podem se relacionar diretamente com os Estados Unidos de forma positiva ou contenciosa.

A ideia central de Katzenstein passa ao largo de um entendimento do sistema internacional como a soma de blocos consolidados típicos da bipolaridade. Na perspectiva do autor, a ordem internacional atual é composta por regiões porosas, nas quais se desenrola um processo contínuo de interação entre os mais variados agentes no nível nacional e regional sem necessariamente preponderar uma dada força social ou política. Tais regiões podem ou não interagir entre si, mas invariavelmente interferem na estratégia americana de poder, assim como por ela são afetadas.

Ao passo que a bipolaridade preservou para as duas superpotências esferas de influência, a queda dos muros ideológicos e militares a partir de 1989 permitiu um novo ordenamento internacional favorável aos Estados Unidos. Abriu-se uma oportunidade para que o poder americano avançasse sobre regiões que haviam estado fora do alcance, estratégia posta em prática pelas Doutrinas Bush I, Clinton e Bush II. O avanço americano na direção da Europa Oriental e da Ásia Central foi planejado em uma situação de declínio da dominação russa naquela região, mas esse contexto se revelou breve, pois a hierarquia russa sobre as repúblicas soviéticas se deixou substituir pela hegemonia regional sobre os países independentes (Roeder, 1997, p. 220). Ligados por interdependências culturais e materiais, a Rússia e os países do chamado Exterior Próximo preservam até hoje certo padrão de relacionamento, embora essa dinâmica se desenvolva em um contexto inteiramente novo de expansão americana. Em resumo, sabemos que a estratégia de hegemonia dos Estados Unidos não encontra competidores no âmbito global, porém, enfrenta a concorrência de potências centrais nos espaços geopolíticos chamados Regiões.

Esta breve exposição do conceito de

1 O termo Império é usado por Katzenstein para definição analítica e não histórica.

porosidade regional em um período de hegemonia global americana servirá de suporte para a análise de um conflito caracterizado não pelo enfrentamento militar, mas por uma intrincada relação de atores estatais e não-estatais, cujos interesses e percepção de segurança são construídos a partir de um processo constante de interação sob influência de fatores materiais e ideativos. A crise do gás na Europa, analisada em maior profundidade nas seções seguintes, comporta muitos elementos fatuais que reforçam o entendimento do sistema internacional a partir de ordens regionais.

1. A CRISE DO GÁS

Como a reprise de um filme exibido três anos antes, a Ucrânia e a Rússia disputaram em 2009 uma queda de braço sobre o preço do gás e a sua distribuição para a Europa sob temperaturas invernais e olhares impotentes dos europeus. Disputas entre os dois países tornaram-se cotidianas desde o fim da União Soviética, mas a suspensão do fluxo na década de 90 afetava somente a Ucrânia e a curta interrupção em 2006 não chegou a atingir o consumidor continental. Na recente crise, três semanas de discussões e duas de corte de abastecimento tocaram fisicamente a União Europeia (UE) e alguns países não-membros, disparando o alarme da segurança energética no continente.

A importância desse conflito para a política internacional perpassa o papel dos principais atores envolvidos em uma das mais estritas relações do mercado de gás. De um lado, a Rússia, maior produtora e exportadora, e dona das maiores reservas mundiais comprovadas (International Energy Agency/IEA, 2008-a, p. 153). Na ponta oposta, a UE, segundo maior consumidor do mundo (IEA, 2008-b, p.110). No meio, a Ucrânia, país pelo qual fluem 80% do comércio entre os dois primeiros[2]. Para além da arena energética, o destaque político da Rússia e da UE no sistema mundial, assim como a importância da Ucrânia para a política externa americana, apimentam os contornos do conflito.

Em vista de interesses internos e externos, e apesar dos evidentes componentes financeiros e mercadológicos do problema, os aspectos políticos não devem ser ignorados. Igualmente, enxergar a dependência da UE como o único alvo dos contenciosos arrisca a compreensão do problema sob uma perspectiva maior, que deve considerar a ampliação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a disputa geopolítica na Eurásia, uma zona decisiva na reconfiguração da ordem internacional nos próximos anos.

A fim de obter um panorama mais completo, a presente análise começa com uma breve reconstituição da crise. Em seguida, pretende identificar os interesses dos principais atores, para finalmente apontar possíveis consequências para a segurança energética europeia e repercussões na política internacional.

2. MAIS DO MESMO

O corte do fornecimento de gás chegou com o Ano Novo e não surpreendeu nem mesmo os europeus, visto que a Comissão Europeia, os governos nacionais e os clientes da Gazprom haviam sido alertados pela empresa sobre a sua iminência. A temperatura no tom das negociações entre as estatais russas e ucranianas, Gazprom e Naftogaz, esquentaram a partir de outubro na proporção inversa aos termômetros na Europa e se intensificaram nos últimos dias de dezembro, quando se aproximava o fim dos acordos assinados em 2004 entre os dois países. Da pauta constavam as dívidas passadas, o preço do gás importado pela Ucrânia e o valor da distribuição do produto para a Europa, velhas querelas do tempo da desintegração soviética (Stern, 2006). Apesar da quitação parcial do débito ucraniano de aproximadamente U$2 bilhões nos últimos dias de 2008, os respectivos porta-vozes travaram uma disputa de declarações. Alegando que a Ucrânia pagava um valor inferior ao de mercado[3], Alexey Miller, CEO da Gazprom, pleiteou o reajuste no gás de $179.50[4] para

2 Bielorússia e Moldávia transportam 20%.

3 O preço médio do gás no mercado global é de $300/1000cbm.

4 Todos os preços de gás citados no texto equi-

$250.00 e rejeitou rever o preço cobrado pela Naftogaz para o transporte da parte europeia, enquanto a Ucrânia aceitava pagar $201.00 por suas importações desde que condicionados ao aumento no transporte do gás.

Ambos blefavam. O valor proposto pela Gazprom havia sido tacitamente acertado na renovação contratual alinhavada dois meses antes entre a empresa e a primeira-ministra Yulia Tymoschenko, dissimulando a verdadeira intenção de se estabelecer um novo piso de $418, ao passo que a contraproposta ucraniana não passava de retórica comercial em vista da atual situação macroeconômica do país não suportar incremento nos custos de energia. De acordo com representantes das indústrias nacionais de aço e de fertilizantes, para as quais o gás é fonte de energia e matéria-prima, o preço superior a $200 transformaria lucros esperados em prejuízos realizados.

Sem avançar nas negociações por conta da alegada inadimplência, a Rússia interrompeu o fornecimento para a Ucrânia no primeiro dia de 2009, embora assegurasse manter as exportações para os europeus. Estes, não obstante, sentiram a redução no fluxo de gás no dia 6 e alguns foram obrigados a recorrer aos estoques nacionais a partir do dia 7. No caso de Sérvia, Bulgária, Bósnia-Hezergovina, Macedônia e Moldávia, os estoques variavam no desconfortável período de zero a dois dias.

Frente ao questionamento da Comissão Europeia, do Secretariado da Carta Europeia de Energia, dos governos nacionais e do empresariado, Kiev e Moscou iniciaram uma troca pública de acusações. Para os russos, a Ucrânia desviava para si o volume destinado aos europeus, enquanto os ucranianos alegavam corte geral de fornecimento (Naftogaz, 2009), contribuindo assim para uma batalha de meias e inteiras verdades alternadas no ápice da crise. Ao fim da primeira semana de janeiro, o fluxo havia sido cortado em cerca de 80%. Em meio a tantas incertezas, as divergências também se estenderam sobre a responsabilidade financeira pelo gás técnico, que vem a ser o volume necessário para manter a pressão no gasoduto e pelo qual nenhuma das partes pretende pagar.

valem ao volume de 1000cbm (metros cúbicos).

O problema passou de bilateral a regional quando países como Bulgária, Eslováquia, Sérvia e Moldávia decretaram estado de emergência diante da paralisação de atividades vitais, imobilizados pelos baixos ou inexistentes estoques, e pela rigidez de suas matrizes energéticas. Para exemplificar a gravidade da situação, a Moldávia, país com estoque "zero" e nenhuma energia substitutiva para o gás, deposita a sua segurança econômica e social nas frágeis relações comerciais e políticas entre o maior fornecedor e o principal transportador de gás para a Europa.

Sob a alegação de que a disputa comprometia a confiabilidade comercial dos dois países, a Comissão Europeia pressionou pelo estabelecimento de uma missão de observadores nos gasodutos a fim de aferir o fluxo. Assim como os estoques de segurança, essa iniciativa comunitária abre um capítulo à parte no enredo, pois evidenciou o despreparo da Comissão em fornecer profissionais capacitados e em mediar uma solução. Somente após algumas empresas privadas cederam equipe própria, e depois de superadas as exigências iniciais da Gazprom em cosupervisionar os gasodutos e a resistência da Naftogaz em permiti-lo, uma missão trilateral foi finalmente aprovada.

Os observadores europeus trabalharam menos do que algumas figuras políticas, já que o desenlace é atribuído à habilidade do então primeiro-ministro tcheco e presidente provisório da UE, Mirek Topolanek, e a Angela Merkel por sua atuação nos bastidores (Schäffer e Tolksdorf, 2009).

A Alemanha tem um papel decisivo na política energética europeia por suas relações especiais com o principal fornecedor, o que em muito desagrada os vizinhos. Fatos pitorescos atiçam a especulação geral, como a presença de Gerhard Schröder, ex-chanceler alemão, na cúpula do projeto Nord Stream. Em 2002, a coalizão socialista tornou lei o consenso atômico, que prevê a desmontagem do parque nuclear alemão até 2030. Por razões antagônicas, o nada consensual consenso tem sido constantemente atacado pelos conservadores e pela nova esquerda. Enquanto os primeiros aler-

tam para os riscos de dependência externa, os segundos criticam a indenização prevista para o setor nuclear e pressionam pela aceleração do fim dos reatores (Die Linke, 2009).

Caso a Alemanha, cuja importação de gás russo ultrapassa 40% de sua demanda, não consiga substituir a tempo a geração nuclear de eletricidade por fontes renováveis, o impacto sobre a dependência externa será inquestionável. A essa dificuldade soma-se a inesperada derrota eleitoral do Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD) em outubro de 2009, que poderá abrir caminho para a reversão da política antinuclear.

Na reta final do conflito, Putin, Merkel e Berlusconi articularam a criação de um consórcio entre empresas europeias e a Gazprom a fim de custear a retomada do fluxo de gás até que o impasse fosse solucionado. Cabe destacar o consórcio, pois, mesmo finda a crise antes de sua concretização, ele possivelmente será defendido por aqueles mesmos governos no decorrer dos próximos anos, lembrando que a Itália é o segundo maior consumidor europeu de gás russo e muito favorável aos interesses da ENI S.p.A, empresa italiana de capital misto, parceira da Gazprom e alvo de ações antitruste pela Comissão Europeia. Por não ser tema do artigo, o domínio das grandes empresas europeias sobre o mercado interno não será abordado, posto que seus efeitos para a segurança energética sejam tão relevantes quanto os monopólios externos.

Desatado o nó comercial em 19 de janeiro e restabelecido o fluxo no dia posterior, o saldo final parece ter favorecido a Rússia com adoção de nova fórmula de precificação, reajuste inicial para $360, contrato decenal, congelamento no valor do transporte até 2010 e desvinculação dos preços de venda e distribuição (Gazprom, 2009).

Em troca de tantas vantagens, a Rússia teria concordado com a eliminação de intermediários entre Gazprom e Naftogaz, e, segundo especulações da imprensa ucraniana, permitido a criação de um consórcio entre as estatais para a modernização e a gestão comum da infraestrutura de distribuição. Considerando a situação financeira atual, a solução deve prejudicar significativamente a capacidade de recuperação ucraniana (Barber, 2009), especialmente porque o preço do gás importado será equiparado à média europeia a partir de 2010.

Outro grande perdedor, além das populações, foi a UE, cuja inabilidade ou indisposição para encontrar soluções ficaram evidentes, com especial descrédito para a Carta Europeia de Energia. Em tese, o tratado obriga os participantes a garantirem o fornecimento ininterrupto para os demais, cláusula violada pela Ucrânia. Como país signatário e não-ratificador do tratado, a Rússia deve aproveitar a ineficácia da Carta para sugerir um novo regime internacional com menos restrições aos participantes (Putin, 2009). Diametralmente opostos às diretrizes liberais da UE, acordos desse tipo fortaleceriam o papel da Gazprom no mercado interno europeu e neutralizariam a estratégia comum.

O que terá feito a Ucrânia aceitar um acordo tão desfavorável? Seria o atual impasse logístico da OTAN no Afeganistão, cuja solução parcial depende da Rússia, um motivador do acordo positivo para a Gazprom? Em se confirmando a permuta de rotas de energia e de suprimentos militares, quem pagaria a conta da Ucrânia em última instância? Em que medida as suas fraturas políticas foram decisivas? Algumas hipóteses surgiram com o baixar da poeira meses depois.

3. DEPOIS DA TEMPESTADE, A INCÓGNITA

Em fins de março, um memorando lançou o plano de investimento na "Conferência sobre a Modernização do Sistema de Trânsito de Gás da Ucrânia". Fruto de um encontro trilateral entre UE, Rússia e Ucrânia, o documento destaca a importância da modernização da rede de gasodutos como base para a segurança energética da região. As propostas indicam o comprometimento da UE e de instituições financeiras internacionais em investir €5 bilhões na infraestrutura do gás na Ucrânia sob a condição de o país tornar o setor mais transparente, e criar um operador independente e livre de participação estatal de qualquer natureza.

Com essa proposição, a UE pretende enquadrar um parceiro externo na Diretiva 2003/55/EC, que visa acabar com os monopólios verticalizados através da separação dos setores de produção e distribuição, bem como conferir maior espaço aos operadores independentes e às agências reguladoras. As propostas da UE convergem com as recomendações recentemente publicadas pelo think tank americano Council on Foreign Relations.

> A Ucrânia deve aumentar a sua segurança energética como uma questão de urgência, fazer acordos transparentes na compra e na distribuição do gás, e expandir as fontes domésticas de produção de energia, incluindo gás, petróleo e energia renovável. Além disso, a Ucrânia deve permitir que os preços domésticos de energia subam ao nível de mercado. Isso promoverá conservação e economia, assim como encorajará maior produção de energia doméstica (Pifer, 2009, p. 41). Tradução minha.

A parceria UE-Ucrânia inviabilizaria o consórcio acordado ao fim da crise entre Gazprom e Naftogaz, uma vez que proíbe a participação de empresas produtoras nacionais ou estrangeiras no setor de transporte e distribuição. Somenos dizer que a conferência trilateral resultou insatisfatória para o terceiro participante, conforme declaração do porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia (ITAR-TASS, 2009).

Em vista da exigência europeia por um operador independente para o funcionamento horizontal do mercado de gás, e da imposição de regras mercadológicas em detrimento dos contratos de longo prazo, a adesão da Ucrânia às regras ocidentais não apenas fere os interesses primários da Rússia, como desacredita a primeira-ministra Tymoschenko diante de Moscou.

Face à dificuldade de se implantar a Diretiva no próprio mercado europeu, como prova a relutância dos governos francês e alemão em relação ao unbundling (separação) do sistema de gás e eletricidade, e também às imbricações técnicas dos dutos que chegam à Ucrânia a partir da Rússia, a perspectiva de liberalizar o mercado no principal país intermediário parece extrapolar o poder da Comissão e resvalar na autonomia dos governos nacionais.

Na prática, os investimentos propostos pela Comissão precisam ser aprovados pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu, cabendo ao último a palavra final, o que significa que a sua adoção dependerá da percepção dos governos nacionais e da redistribuição de cadeiras no Parlamento em 2009. A progressiva ascensão dos partidos de centro-direita e de direita ao fórum parlamentar desde 1999 indicam que os gastos externos tenderão a ser combatidos. Caso aprovado o orçamento, a Comissão terá dado um passo a mais na sua concepção de segurança, ainda que os reflexos políticos da decisão só possam ser avaliados posteriormente.

Dois cenários podem emergir da liberalização do mercado ucraniano. O menos provável seria a aceitação das novas regras pela Rússia, que abriria mão de um dia controlar a principal rota de energia na Europa. O desdobramento provável marcaria a piora nas relações gerais, dificultando também a Reset Button Diplomacy de Hillary Clinton. No horizonte ampliado, as tensões políticas entre Washington-Bruxelas-Moscou poderiam aumentar, favorecendo o Conselho Nacional de Segurança na disputa de poder com o De-

partamento de Estado, e também o lobby dos países europeus chamados "Novos Guerreiros Frios", que veem nos Estados Unidos um contraponto à influência russa sobre a Europa.

4. DA PERSPECTIVA RUSSA

A Ucrânia produz quase 30% do seu consumo interno e importa o restante da Rússia e da Ásia Central, mais precisamente do Turcomenistão[5]. Antes da crise, todo gás exportado por esse país asiático era adquirido pela Gazprom, vendido a RosUkrEnergo (RUE) e, somente depois, revendido e transportado para Ucrânia e Europa. Em função das dificuldades domésticas de extração, a Rússia depende das reservas turcomanas e de outras reservas no Cáspio para abastecer a Europa. Com o Azerbaijão na postura pró-ocidente, o Cazaquistão preferindo o pragmatismo comercial, e o Irã oscilando entre parceria e concorrência na área energética, a Rússia encontra no Turcomenistão a fonte mais segura de recursos complementares.

Existe um círculo vicioso nas relações dos três países, bem como entre a Naftogaz, a Gazprom e a RUE, esta última atuando como facilitador entre as duas primeiras. A composição acionária da RUE revela muito do seu propósito, já que 50% das ações pertencem a Gazprom e a outra metade a Centragas Holding AG, companhia sediada em Viena e de propriedade de dois empresários ucranianos[6]. Acredita-se que a associação entre a Gazprom e a Centragas teria por objetivo estender o alcance russo sobre o mercado de distribuição. Sob suspeita de favorecimento político da oposição, a RUE viu seu destino posto à mesa como uma das poucas exigências da Naftogaz aceitas pela Gazprom. A partir de 2009, a RUE não mais intermediará as vendas de gás entre fornecedores asiáticos e a Ucrânia, configurando uma vitória política do atual governo em Kiev. Ou nem tanto assim.

A vaga da RUE será motivo de disputa entre a UE e a Gazprom, mas o virtual ganhador dependerá da evolução dos gravíssimos problemas políticos instalados na Ucrânia com o aprofundamento da crise econômica e diretamente relacionados à crise do gás. Pelo que indicam as recentes manifestações populares antissituacionistas, os ventos na Ucrânia sopram mais forte ao leste e talvez por isso a UE tenha adiantado a proposta financeira.

Tamanho emaranhado de entidades privadas e estatais surgiu com a ruptura do arquétipo institucional do setor de energia nas economias centralizadas e com a subsequente adoção de modelos ocidentais de intermediação. Na fase final da Guerra Fria, a Rússia havia reformulado a estratégia comercial para as demais repúblicas soviéticas com a adoção de reajustes bienais (Hoogeveen e Perlot, 2005) e fórmulas de preços mais próximas do mercado. Depois de 1991, manteve parte do subsídio para o então chamado Exterior Próximo através de acordos que tornavam menos onerosa a transição para a economia capitalista e preservavam a influência russa na região.

A grande interdependência econômica facilitou esses acordos, uma vez que os dutos precisavam escoar parte importante da produção para os novos países e estes não conseguiam arcar com os preços do mercado mundial de energia. Além disso, uma parcela das refinarias de petróleo, das reservas de hidrocarbonetos e da rede física de distribuição da antiga União Soviética passou a se localizar nos países tornados independentes.

Havia, contudo, um cliente mais rico e sedento de recursos. O incremento do comércio de gás entre a Europa Ocidental e a URSS remonta à década de 70 e foi impulsionado por três eventos políticos: a détente, o fim da hegemonia democrata-cristã na Alemanha e o embargo árabe. Com a ascensão ao governo alemão da aliança entre o SPD e o partido liberal Freie Demokratische Partei (FDP) em 1969, encerrava-se a Doutrina Hallstein, baseada no não reconhecimento da Alemanha Oriental e no rompimento com quem o fizesse[7]. Somente a aproximação com o leste permitiria a reunificação do país e o melhor caminho era econômico. Apesar de a Ostpolitik ser um desejo antigo do SPD e atender à busca do FDP por mercado e competitividade, a sua adoção esteve condicionada ao relaxamento das relações entre Washington e Moscou.

Quanto à crise do petróleo, além de torná-lo mais caro, ela exigia da Europa um alinhamento político bem mais incondicional com os Estados Unidos frente à autonomia adquirida pelos países produtores no Golfo Pérsico através da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A Alemanha, pouco

5 Chega a importar 57cbm e produzir 21cbm.

6 Dimitry Firtash e Ivan Fursin.

7 Como prova dos muitos contrassensos na sua história no pós-guerra, a República Federal da Alemanha excluía da lista negra a própria URSS.

inclinada a sacrificar o crescimento econômico que havia se tornado identidade nacional e a chance de uma futura reunificação, também encontrou no comércio com a URSS uma saída para o problema da energia sem com isso abalar severamente as relações transatlânticas, ao contrário do impasse entre França e Estados Unidos por ocasião da criação da Agência Internacional de Energia (AIE) em 1974[8].

Paulatinamente, desenvolveu-se entre URSS/Rússia e Europa Ocidental uma interdependência assimétrica favorável aos europeus até 1993, ano em que Boris Yeltsin desviou a política externa da orientação atlântica (Rahr e Krause, 1995), fato acentuado por Putin, dando início a um novo panorama no setor interno de energia e nas relações externas com os países compradores. Para um especialista em energia política, "o primeiro objetivo do então presidente Putin foi quebrar o poder dos oligarcas e restaurar o controle sobre os ativos adquiridos por eles no caos e na corrupção que se seguiram ao colapso da União Soviética em 1991" (Klare, 2008, p.94).

É importante lembrar que o esfacelamento do império soviético e o enfraquecimento da economia russa abririam caminho para o Ocidente na direção do leste europeu e da Ásia Central. Opiniões otimistas alardeavam a vitória do liberalismo econômico e político em âmbito global, mas esqueceram-se de que os meios para realização do que Bill Clinton chamaria de Democratic Enlargement eram também militares (Brinkley, 1997). Algumas das novas repúblicas temiam pela fragilidade de suas soberanias e buscaram um novo escudo de proteção em substituição ao Pacto de Varsóvia. Para os americanos havia dois instrumentos possíveis: a OTAN sem a Rússia e a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)[9] com ela. Nas palavras de um historiador alemão, "a CSCE, apesar de incluir os Estados Unidos, era tida pelo governo americano como uma instituição lenta e com forte presença oriental" (Von Plato, 2003, p. 413), de modo que os Estados Unidos optaram pelo avanço da OTAN.

O flerte entre ocidente e Rússia terminou justamente com a recusa americana em transferir para a CSCE a gestão de segurança no leste europeu. Contra a expansão da OTAN, a Rússia dispunha de forte arsenal nuclear e controle sobre reservas e estruturas físicas de petróleo e gás. Como o uso do poderio nuclear no pós-Guerra Fria soava mais improvável do que na sua vigência, à Rússia restava atar os interesses nacionais ao potencial energético. A partir do final da década de 90, as reservas de hidrocarbonetos conduziram a political rationale da nova elite política e econômica de São Petersburgo e Moscou. A ascensão de Putin à presidência pôs em prática os conceitos defendidos na sua dissertação de mestrado de 1997 sobre a importância do nacionalismo de recursos na transição para uma economia de mercado.

O preço do gás variava conforme as relações com os diferentes clientes e ainda hoje servem como medidor de fidelidade política. Atualmente, Bielorússia e Armênia pagam $119 e $110, respectivamente, pelo mesmo gás comprado pelos europeus ocidentais ao preço médio de $418, e em troca cedem parte do mercado de distribuição para a estatal russa. Comumente, a Rússia adquire no Cáspio percentuais importantes da produção nacional de alguns países, monopolizando também os gasodutos da região. Como a mesma proposta vem sendo sistematicamente recusada pelos países pró-ocidentais, como Geórgia e Ucrânia, o governo russo optou por elevar o preço de venda para a Ucrânia a fim de reduzir as perdas com os subsídios, que somente no ano 2008 remontam a 12 bilhões de dólares.

Além das motivações políticas, alguns fatores conjunturais permitiram a estratégia pós-soviética. Primeiramente, a abertura econômica ocorreu em função dos hidrocarbonetos. Em segundo lugar, a privatização subvalorizada das estatais russas nos anos 90 transferiu as riquezas nacionais para a oligarquia petrolífera privada, que almejava interferir na política econômica a fim de vender os ativos setoriais para o capital internacional e remeter a maior parte da renda ao exterior. A elite política reagiu promovendo a renacionalização dos recursos, a centralização do poder no Executivo e a projeção deste último sobre a economia.

Apesar da farra dos magnatas, as privatizações deixaram como herança positiva a modernização parcial do setor energético, desfavorecido na Guerra Fria pela abundância das reservas mundiais, pelo baixo preço dos recursos minerais e pela predominância da indústria bélica no planejamento produtivo. Na segunda presidência de Putin, com a privatização praticamente revertida e o preço mundial do petróleo ultrapassando as previsões mais otimistas, o Estado dispunha de vastas fontes materiais, razoáveis meios tecnológicos e concentrados recursos políticos para retomar parte do seu espaço e disputar o Novo Grande Jogo da geopolítica mundial[10].

8 A França defendia a inclusão dos países produtores na nova instituição.

9 Atual Organização para Segurança e Cooperação na Europa.

10 Disputa geopolítica pelas reservas energéticas

A disputa velada pelos corações e mentes das nações fornecedoras ou localizadas na rota do gás, como Azerbaijão, Geórgia, Armênia e Turquia promete ser o leit motiv das relações entre Rússia e Estados Unidos nos próximos anos, e um novo fator de divisão entre os europeus.

De uma perspectiva realista, o controle russo dos gasodutos que transpassam o solo ucraniano representaria o tiro de misericórdia na segurança energética europeia e um grande obstáculo na política externa norte-americana, pois configura um importante instrumento de reafirmação de poder do Kremlin. Vistas por outro ângulo, as atitudes da Rússia podem ser tomadas como preventivas, tendo em conta que a perda de espaço na chamada "zona cinza" afastaria o país da Europa, aumentando o seu isolamento político, dificultando os ganhos comerciais e comprometendo a sua segurança.

Muito se fala sobre a dependência energética da UE em relação às reservas russas e pouco se diz sobre o inverso. Conquanto a UE compre da Rússia 42% de sua demanda interna de gás, ainda existem poucas opções de venda para o produtor. A alternativa geográfica natural seria a banda asiática, mas ela não se equivale à europeia e não se materializa no curto prazo por muitos motivos, entre eles o baixo volume e a ausência de uma rede de gasodutos, sem mencionar a concorrência de grandes produtores como Cazaquistão e Irã. Construir dutos de milhares de quilômetros requer tempo e investimentos bilionários, o que só a China pode fazer no cenário de fuga de crédito e instabilidade política regional.

Tais limitações para o gás russo instigam pensar sobre as motivações políticas por trás da crise de janeiro. Afinal, qual fornecedor arriscaria sua reputação com o principal cliente para maximizar os lucros com um segundo? Independentemente dos riscos, a atitude somente se explica se possibilitar ganhos futuros, como a aquisição do elo faltante para o monopólio completo: o tráfego entre os dutos na Ásia e os hubs de distribuição na Europa Central.

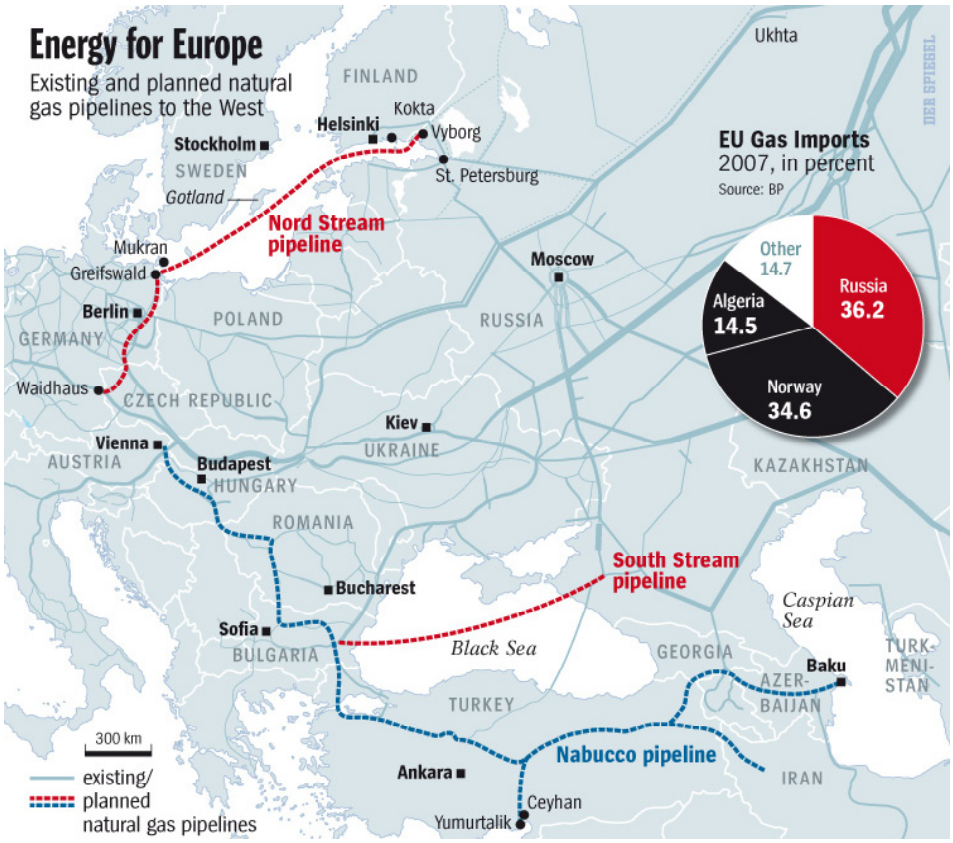
Essas rotas pertencem essencialmente à Bielorússia e à Ucrânia, embora a crise do gás em 2007 entre a primeira e a Rússia tenha resultado em aquisição pela Gazprom de parte importante da rede física de gasodutos naquele país, sendo a Ucrânia uma espécie de último bastião dos países intermediários. A guerra relâmpago com a Geórgia em 2008, além de representar um erro crasso do presidente Mikhail Saakashvili, mostrou que a Rússia pretende impedir, inclusive pela força, o estabelecimento de futuras rotas de gás fora do seu território ou do controle acionário da Gazprom. Tanto a Ossétia do Sul quanto a Abkhazia, as duas regiões disputadas na Guerra do Cáucaso, fazem parte do mapa do Projeto Nabucco, segunda saída encontrada pelos Estados Unidos e pela União Europeia para fluir gás do Cáspio ao Ocidente sem transitar o solo russo.

O apoio do Kremlin à autonomia das regiões separatistas na Geórgia ecoa como um recado para os ouvidos de mercadores ocidentais que pretendam redesenhar o mapa geopolítico regional. Geórgia e Ucrânia são atores-chave nessa estratégia e a política doméstica desses países afeta diretamente os interesses da Gazprom e do governo.

Do mesmo modo, alguns analistas creem que o recente corte de abastecimento foi uma tentativa de desestabilizar o governo de Viktor Yushchenko, contrário à aquisição da rede de distribuição ucraniana por estatais russas (Pirani, Stern e Yafimava, 2009, p. 34). Por mais legítima que seja essa visão exclusivamente política, corre-se o risco de subjugar importantes fatores oriundos das dificuldades econômico-financeiras da Rússia no auge da crise mundial, como a desvalorização do rublo, a fuga de capitais, o escoamento das reservas cambiais, a queda no preço das commodities e a redução da própria demanda europeia. Como qualquer outro país no cenário atual, a Rússia precisa fazer girar a roda da economia.

do Cáspio, aludindo ao termo "Grande Jogo" criado por Rudyard Kipling no romance Kim, ambientado no contexto de disputa pela Índia entre Grã-Bretanha e Rússia no século XIX.

Figura 1: Mapa dos gasodutos em operação e em planejamento



Fonte: Der Spiegel

5. DA PERSPECTIVA UCRANIANA

A alta do preço do petróleo e do gás[11] entre a invasão do Iraque em 2003 e a crise financeira em 2008 deu à Rússia uma boa margem de atuação, vantagem subitamente esvaziada pela queda na demanda mundial e pela subsequente desvalorização do petróleo no mercado global. Independentemente da crise, o país tentará preservar o monopólio sobre a venda de gás na região.

Seguindo o boom das commodities, a Ucrânia se beneficiou da demanda global por aço, mas a transição do sistema econômico na década de 90 não se havia feito acompanhar pelo gradualismo adotado na China, passando ao largo de uma reestruturação socioeconômica eficiente. O corolário neoliberal caiu sobre a Ucrânia como uma panacéia e derrubou as barreiras ao capital. O resultado foi uma avalanche de dinheiro especulativo, que ajudou a gerar taxas ilusórias de crescimento econômico com severos impactos na crise de 2008, como a desvalorização da moeda hryvnia em 40% (D. Stern, 2009), a queda brutal do mercado de ações e a falência bancária. Segundo o Banco Mundial, a Ucrânia deverá enfrentar uma recessão de 9% em 2009 (BBC, 2009). Diante de tantos reveses, manter o monopólio sobre a distribuição de gás representa uma espécie de porto seguro, tanto pelos lucros da atividade em si quanto pela vantagem política.

As relações comerciais entre um produtor sedento por receita e um consumidor ávido por crédito, interdependentes no filão do mercado europeu, precisam de pouca coisa para desencadear uma crise. Cabe ressaltar que, apesar da precificação global e do atrelamento ao petróleo, a comercialização do gás é menos afetada pelas oscilações do mercado devido à rigidez da estrutura física de transporte, o que implica menor flexibilidade nas relações bilaterais entre produtor e consumidor.

11 Os contratos de fornecimento de gás costumam ser atrelados ao preço do petróleo em parte porque o primeiro pode ser facilmente substituído pelo último.

Em parte por não ter desenvolvido alternativas e por ineficiência energética, a Ucrânia se tornou o sexto maior consumidor mundial de gás, à frente inclusive de regiões inteiras como o continente africano (Pirani, 2007). O nada invejável título de líder mundial de ineficiência energética se deve ao método intensivo no uso de gás para a produção de aço, principal item de exportação e fator de dependência da Rússia, país com o qual divide um passado histórico de ressentimentos nacionalistas.

Carregando uma extensa bagagem de dominação estrangeira, a Ucrânia é um país etnicamente dividido e politicamente fragmentado. Em grande medida, o panorama político reflete o estrato social, com a presença pró-Rússia na banda oriental industrial, onde prevalece uma população de fala russa e religião ortodoxa, e pró-ocidente na banda oposta, predominantemente católica e rural. A população como um todo não se opõe à UE, embora a minoria russa desaprove a OTAN.

Independente desde 1991, o país foi palco da Revolução Laranja entre 2004 e 2006, movimento fomentado pelos ocidentais para impugnar as primeiras eleições vencidas pelo aliado do Kremlin, Viktor Yanukovich. Formada pelo partido Nossa Ucrânia, liderado por Yuschenko, e pelo Bloco de Yulia Tymoschenko (BYuT), a Aliança Laranja reverteu o resultado a seu favor, tendo confirmado Yuschenko na presidência. O dirigente enfrentou o primeiro boicote russo de gás em 2006 e hoje vê a diluição de seu capital político em meio às acusações de ineficiência e corrupção, à projeção da atual primeira-ministra e agora rival, e ao recrudescimento do Partido das Regiões (PR), ainda aliado do Kremlin e liderado pelo mesmo Viktor Yanukovich. No cenário político presente, Tymoschenko e Yanukovich dividem a preferência nacional com ligeira vantagem para o último. Enquanto o presidente luta para recuperar poderes executivos e eleitores nas urnas, e a primeira-ministra se consolida nas regiões centro-oeste, a oposição segue dominando o leste e o sul, especialmente a separatista Criméia.

O presidente conta com o suporte americano para entrar na OTAN e para convencer o Conselho Europeu a ampliar as fronteiras da UE além do Mar Negro. À semelhança da Turquia, ser um membro da OTAN não garante o cartão de embarque para Bruxelas, mas ajuda a pressionar os dirigentes europeus. Relutantes em ampliar a integração para países onde pululam conflitos nacionalistas e prevalecem desequilíbrios econômicos e riscos ambientais[12], muitos governos europeus temem mais do que tudo descontentar a Rússia, radicalmente contrária à participação da Ucrânia na OTAN.

A questão divide os membros da UE em um grupo pró-adesão formado por Grã-Bretanha, Polônia, Suécia e países bálticos, e outro que evita o confronto a todo custo, como aquele que reúne França, Alemanha, Holanda, Bélgica e Itália. A adesão tampouco encontra unanimidade dentro de casa. O PR se opõe firmemente e o BYuT tolera apenas a parceria especial assinada em 1997. Enquanto espera pelo difícil consenso, o governo faz a lição de casa participando das operações contraterrorismo no Mediterrâneo em conjunto com a organização atlântica.

Por quanto tempo a UE vai conseguir evitar a extensão da sua fronteira na direção de Kiev depende de inúmeros fatores, entre eles as relações externas do governo Barack Obama com Moscou, a aprovação do Tratado de Lisboa, a definição da candidatura turca, o futuro do porto de Sebastopol e a paciência da Ucrânia, cujo principal trunfo frente à indecisão de Bruxelas é justamente a sua posição geográfica e a rede de gasodutos. Quanto a esse último fator, há indícios recentes de que esteja se esgotando.

Os impactos negativos da recessão determinarão a estratégia política do país no futuro próximo. Finda a crise, tendo recebido pouco mais da terça parte do empréstimo prometido pelo FMI e obtido o voto de confiança no Rada (Parlamento), Yulia Tymoschenko recorreu a vários países a fim de resolver o colapso econômico, entre eles à própria Rússia.

É difícil saber quem poderá estender a

12 Apesar da trágica experiência em Chernobyl, o país ainda possui reatores nucleares antigos.

mão na hora em que a crise assombra indiscriminadamente. Certeza apenas no fato de que as implicações geopolíticas do eventual alinhamento Kiev-Moscou seriam prejudiciais para a segurança energética da UE e para os interesses dos Estados Unidos (The Economist, 2009).

6. DA PERSPECTIVA DE BRUXELAS

O papel da UE se destaca no futuro cenário de energia pela sua dependência externa e não por sua autonomia ou capacidade de influência. Enquanto a produção industrial e o consumo continuarem baseados em combustíveis fósseis, a UE não consegue alterar a configuração do cenário em seu favor. Somente no longo prazo, e em se preservando a atual liderança no desenvolvimento de energias alternativas, os europeus enxergarão um raio de luz no fim do túnel. De acordo com o Comissário de Energia, investimentos adequados podem colocar a Europa à frente da terceira revolução industrial (Piebalgs, 2009).

As proposições do então candidato Barack Obama no plano "New Energy for America" desafiam a posição da UE no campo da tecnologia verde. Para Obama, é hora de os americanos retomarem a pole position do desenvolvimento de um novo padrão energético e industrial. Rico em retórica e ainda carente de soluções práticas, o discurso americano promete fomentar as rusgas transatlânticas muito em breve, mas pouco afeta o panorama europeu atual. Por ora, o que se observa é a crescente dependência de energia fóssil, notadamente das rotas russas de gás, e o estreitamento do espaço de manobra no sistema energético mundial.

Para alguns, o poder moral será uma variável determinante no domínio da nova ordem mundial no século XXI (Ferguson, 2003, p. 24). Outros baseiam a ideia de um sistema internacional pós-moderno em nações que teriam superado a barbárie da força e adquirido a habilidade e os meios de resolução de disputas através de mecanismos jurídicos baseados em valores morais comuns (Cooper, 2002). Argumentos dessa natureza contribuem para a construção da identidade europeia em um sistema de Estados orientado por fatores de poder desfavoráveis para a UE, como os recursos militares e os demográficos.

Se aplicada à proteção ambiental, a argumentação moral se torna irrefutável e bem recebida em todo o globo. No entanto, por mais correta que seja a defesa do meio ambiente, ela pode ser também oportuna para o que se definiria como fragilidade (Kagan, 2003). Em outras palavras, a UE corre contra o tempo no desenvolvimento de energias alternativas simplesmente por não restar outra solução para o fim da dependência energética externa que ameaça a sua principal fonte de poder e projeção internacional: o potencial econômico baseado na tecnologia industrial de ponta.

Enquanto a capacitação tecnológica e os investimentos em pesquisas não surtem resultados à altura da necessidade, a UE joga com as cartas disponíveis, ou seja, procura manter o mercado interno e externo sob premissas liberais e fora de influências políticas nacionais. Trocando em miúdos, manter as rédeas sobre a segurança energética requer enquadrar o maior número de consumidores, entre eles os países-membro e os Estados Unidos, e fornecedores como Rússia e Ucrânia, nos regimes internacionais que priorizem as regras do livre mercado em detrimento de iniciativas nacionais.

Indubitavelmente, nenhuma alternativa factível foi encontrada pela Comissão Europeia, sendo a Carta de Energia a prova cabal da fragilidade institucional no setor. No longo prazo, a UE continuará sendo o maior dependente mundial de recursos externos, muitos deles localizados em regiões politicamente instáveis ou pouco inclinadas a negociar sua riqueza nas regras pré-estabelecidas pelos grandes compradores.

O consumo de nações anteriormente situadas fora do eixo capitalista central modificou as dinâmicas do comércio mundial de energia, passando este a ter uma orientação-

Figura 2: Quadro de dependência externa de energia

Dependência Geral		Dependência do Gás
	Chipre (102,5%); Luxemburgo (98,9%); Irlanda (90,9%); Itália (86,8%); Portugal (83,1%); Espanha (81,4%)	Letônia (108,8%), República Tcheca (104,5%), Espanha (101,3%), Lituânia (101,0%), Portugal (100,6%), Bélgica (100,2%), Estônia (100,0%), Finlândia (100,0%), Suécia (100,0%), Luxemburgo (100,0%), França (99,6%), Eslovênia (99,6%), Grécia (99,1%), Eslováquia (96,6%), Itália (91,2%), Bulgária (89,9%), Irlanda (89,8%), Áustria (87,7%), Alemanha (83,6%), Hungria (82,2%).
	Bélgica (77.9%); Áustria (72,9%); Grécia (71,9%); Letônia (65,7%); Lituânia (64,0%); Eslováquia (64,0%); Hungria (62,5%); Alemanha (61,3%); Finlândia (54,6%); Eslovênia (52,1%); França (51,4%)	Polônia (71,9%)
	Bulgária (46,2%) Países Baixos (38,0%); Suécia (37,4%); Estônia (33,5%); Romênia (29,1%); República Tcheca (28,0%); Grã Bretanha (21,3%); Polônia (19,9%)	Romênia (32,8%), Grã-Bretanha (11,8%).
	Dinamarca (-36,8%)	Países Baixos (-61,6%), Dinamarca (-103,3%)

Fonte: European Commission. EU Energy in Figures 2007/2008
Obs.: Dados sobre Malta não estão disponíveis.

produção ao invés de orientação-demanda (Hoogeven e Perlot, 2005, p. 213). Essa situação coincide com o pico ou mesmo com o declínio da produção e das reservas em alguns países, estreitando ainda mais as opções de compra disponíveis.

Para a Comissão Europeia, o que se coloca em discussão não é a dependência em si, mas a vulnerabilidade multidimensional, cujas causas se inferem a partir de variáveis sociopolíticas e mercadológicas. O objetivo da UE para as próximas décadas consiste em diminuir essa vulnerabilidade e incrementar o grau de segurança.

> O suprimento de segurança de energia deve ser organizado de forma a assegurar o funcionamento adequado da economia e a disponibilidade física ininterrupta a preços aceitáveis, e respeitando as questões ambientais. A segurança de abastecimento não busca maximizar autossuficiência energética ou minimizar a dependência, mas sim reduzir os riscos ligados a tal dependência (Commission of the European Communities, 2000).

Energia sempre esteve relacionada à segurança estratégica e a história mundial não poupou exemplos de guerras e conflitos travados em torno do acesso a recursos como meio de preservação da segurança nacional. Tradicionalmente, a gestão da relação energia-segurança compete aos Estados mesmo quando a operacionalidade sobre exploração e comercialização é transferida ao setor priva-

do. O Estado define toda a política energética em última instância, o que tem sido o pomo de discórdia entre a UE e os países-membro. A falta de mecanismos institucionais e a sobreposição de competências impedem a definição de uma política comum de energia, favorecendo relações bilaterais prejudiciais à unidade.

Quanto mais se conscientizam da dependência externa, estimada em 51% contra 31% da média na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (IEA, 2008-c, p.59), mais os comissários procuram estabelecer uma política comum de energia, tarefa desafiadora diante das estimativas de aumento do percentual para 65% em 2030 (European Union, 2007) e da variedade de matrizes energéticas. Os governos nacionais descreem da competência comunitária sobre a agenda de segurança, ao passo que os formuladores de política europeia acreditam que somente falando em uníssono a UE poderá virar o jogo a seu favor, mas esse é um tema cujas raízes escapam do alcance desta análise.

A Rússia lidera as três principais listas de fornecedores de combustível fóssil para a UE, sendo ela responsável por 33,5% de petróleo, 42% de gás e 25,8% de carvão. Qualquer interferência em um abastecimento de tal grandeza afeta os países diretamente envolvidos e dificulta ações coletivas no âmbito comunitário e internacional.

Em 13 de novembro de 2008, um dia antes do encontro UE-Rússia para a retomada do plano de cooperação e menos de um mês antes da eclosão da crise do gás, a Comissão Europeia apresentou a proposta EU Energy Security and Solidarity Action Plan: 2nd Strategic Energy Review (European Commission, 2008) para diminuir a vulnerabilidade através de seis pontos de melhorias, como infraestrutura, diversificação de fornecedores, aprimoramento das relações externas, mecanismos de estoque e de reação às crises, eficiência energética e intensificação de fontes domésticas de energia. Como se previsse o que estava por vir, o documento não economiza temores com o suprimento de gás.

Desmontar os monopólios predominantes na indústria regional do gás, desde o controle externo sobre a produção e o transporte até a verticalização do mercado interno pelas empresas europeias, é a palavra de ordem dos comissários. Para tanto, a Comissão Europeia se incube da difícil tarefa de convencer os governos nacionais da competência regional sobre temas de segurança.

Traduzindo para o jargão comunitário, deve trazer as decisões relacionadas a hidrocarbonetos do segundo para o primeiro pilar, a exemplo do que ocorreu com o carvão na origem do bloco regional. Na hipótese dos Estados membros aceitarem a gestão supranacional, deveria criar-se um mecanismo inédito na UE que permitisse a comunitarização do setor energético da fronteira para dentro e a sua securitização da porta para fora, levando o assunto para a esfera da Política Europeia de Segurança Comum (PESC) e de volta ao segundo pilar.

A tantas etapas contraditórias e complementares somam-se outros pré-requisitos igualmente complexos, tais como a definição de política externa comum, política europeia de defesa e, primordialmente, da lei fundamental.

7. Porosidade centro-asiática

A política externa americana para a Rússia no século XXI difere daquela adotada até 1991 por conter menos retórica e matizes ideológicas, sendo mais pontual sobre disputas geopolíticas em áreas até então preservadas pela competição bipolar.

Na transição para a economia capitalista, algumas das antigas repúblicas se distanciaram da maior herdeira do império soviético, a qual, debilitada economicamente, pouco pode fazer para preservar influência sobre a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), exceto adotar uma espécie de petropolítica no primeiro momento.

Essa estratégia foi aplicada de forma diferente nos países dependentes de energia e nos países produtores de recursos energéticos na Ásia. Para os primeiros, a dependência do

gás russo se perpetuou devido à rigidez das estruturas físicas de abastecimento e, no caso do petróleo, à dificuldade cambial de adquirir o produto no mercado global. Sem alternativa para o abastecimento interno, esses países aceitaram as condições russas de modo a se beneficiarem dos baixos preços. No que diz respeito ao segundo grupo, carente de capital e tecnologia, o resultado foi a venda de ativos para as estatais russas na região do Cáspio. Uma nova ordem política mundial se estabeleceu a partir da queda do Muro de Berlim e suas repercussões se fizeram sentir em todos os cantos globais, embora em menor velocidade no Exterior Próximo.

Dois países confrontam a estratégia russa: os Estados Unidos e a China. Enquanto os americanos tentam anular o efeito russo pelo aliciamento de alguns governos em troca de assistência militar, complacentes até mesmo com os regimes autoritários, a China opera a "ascensão pacífica"[13] regional com uma atuação mais discreta e eficaz. O segredo chinês reside na parceria político-comercial oferecida aos países produtores de recursos energéticos, seja acenando com uma grande demanda por petróleo, pela disposição de investir em tecnologia de extração e produção, ou pela liderança nos organismos regionais como a Organização para Cooperação de Shangai (OCS). Criada para conter o avanço norte-americano sobre a Ásia Central, essa instituição contrabalança igualmente o poder da Rússia.

Para os países acuados entre a pressão por acordos de longo prazo com as estatais russas e as barganhas propostas por Washington, Pequim surge como a terceira via independente e lucrativa. As potências ocidentais elaboram e aplicam procedimentos institucionais em fóruns multilaterais caracterizados pela distribuição desigual dos recursos de poder. A percepção de que a globalização é um jogo de cartas marcadas pelos velhos jogadores vem crescendo entre novos atores mundiais, causando dois possíveis efeitos: a erosão da hegemonia americana e o magnetismo de potências emergentes como China, Índia e Irã.

A força motriz da política externa chinesa na região é o petróleo. Por mais que o volume consumido de gás impressione e corresponda a 43% da demanda latino-americana, o percentual desse hidrocarboneto na composição interna de energia primária é surpreendentemente baixo, não contemplando 2% do total. Tal situação reflete a abundância doméstica de carvão, a ausência de uma estrutura adequada de gasodutos, o encarecimento do gás liquefeito por conta das importações japonesas e a proximidade das reservas petrolíferas do Oriente Médio.

O Acordo de Cooperação sobre Gás, concluído em 2006 com o Turcomenistão, mostra indícios da aposta feita por Pequim tanto no gás como fonte alternativa para o crescimento econômico, como nas relações externas com os produtores do Cáspio. O maior objetivo, contudo, é reduzir a dependência do transporte marítimo de petróleo oriundo do Golfo Pérsico e do Pacífico. Autoridades chinesas e companhias nacionais de petróleo, como China National Petroleum Corporation (CNPC) e Sinopec, temem que a superioridade da Marinha Americana sobre as rotas marítimas no Golfo Pérsico e no Pacífico Asiático, por onde trafegam 90% das importações chinesas, venham a impedir o recebimento de petróleo na eventualidade de um conflito com os Estados Unidos sobre Taiwan. A despeito do clima amistoso durante a visita de Hillary Clinton, a Embaixada da China em Washington justificou o recente incidente entre cinco barcos chineses e um navio militar americano no Mar do Sul da China como uma necessidade de Pequim "impor a lei na região"[14].

Motivações políticas e energéticas impelem a China na direção do Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, países com os quais acertou a construção de gasodutos e contratos de suprimentos. Os diálogos com a Rússia não se traduziram em ações concretas para a construção de um oleoduto desde Angarsk na Sibéria até Daqing, porque o projeto sofre com a indefinição russa entre estender a mão aos chineses ou aos japoneses. Enquanto a definição se protela, a China ameaça si-

13 Expressão cunhada pelo presidente Hu Jitao.

14 EUA acusam China de perseguir seus navios: Pequim aponta espionagem. Folha de S. Paulo, 10 mar. 2009, Mundo, p.14.

lenciosamente a soberania russa na Sibéria, região demograficamente vazia e economicamente desprestigiada depois do fim da URSS, e para onde afluem anualmente centenas de imigrantes, garantindo a inserção sino em zonas onde volumosas reservas russas aguardam por maximização de produção.

As motivações atuais dos Estados Unidos excedem a segurança do continente europeu e tocam a sua própria. Pouco menos dependente de energia externa do que seu maior aliado, os Estados Unidos desejam acesso aos recursos centro-asiáticos para satisfazer níveis extraordinários de demanda frente à produção interna declinante e à instabilidade política no Oriente Médio, região onde algumas reservas já alcançaram o pico e deverão diminuir nas próximas décadas. Além disso, a importância logística da Ásia Central na guerra do Afeganistão prioriza o interesse pelo controle das rotas e pela influência política nos arredores. Os Estados Unidos são um jogador estreante no controle da nova Rota da Seda e a sua presença anima os adeptos da geopolítica tradicional sobre um possível conflito sino-americano.

Incitar o nacionalismo e cooptar os países entre a Europa e a Ásia não é novidade na política externa americana. A desintegração dos impérios austro-húngaro, otomano e russo na Primeira Guerra Mundial fez com que o presidente Wilson estimulasse a desastrosa formação de Estados etnolinguísticos em contraposição ao apelo leninista (Hobsbawm, 1994, p. 36).

Posteriormente, o acordo tácito entre as duas superpotências sobre as respectivas esferas de influência na ordem bipolar significou um interregno entre os períodos pré e pós-Guerra Fria, e silenciou ambições separatistas, despertadas novamente com a desintegração do bloco soviético e o renovado apoio norte-americano.

Energia na Europa equivale hoje, em certo nível, à segurança militar durante a Guerra Fria. A aliança transatlântica ergueu barreiras nucleares, psicológicas e institucionais para bloquear as ameaças físicas e políticas vislumbradas na URSS, e seus fundamentos consistiam no intercâmbio entre proteção estratégica oferecida pelos Estados Unidos e o alinhamento da Europa Ocidental com a potência americana. Para evitar que a URSS dominasse o velho continente pelas armas e pelas ideias, os Estados Unidos se dispuseram a suprir a segurança que os europeus não proviam a si mesmos.

Substituindo insegurança militar por vulnerabilidade energética, o que muda no quadro atual em relação ao imediato pós-guerra não é a fragilidade europeia, visto que esta se perpetua, mas a incapacidade dos Estados Unidos em oferecer uma alternativa. Ao contrário, o velho protetor passa a ser visto pela opinião pública europeia como predador-mor do equilíbrio ambiental, das relações internacionais e da ordem econômica mundial.

Para os sucessivos governos americanos, a negligência europeia com a própria segurança energética, além de torná-la refém de países fornecedores, determina de forma negativa a atuação ocidental na Ásia, África e no Oriente Médio. Cada novo acordo bilateral fechado entre a Rússia e um país membro da UE corrói a capacidade da aliança atlântica ou das ações unilaterais dos Estados Unidos naquelas regiões. O tema alcançou projeção no Congresso Americano, onde surgiram propostas para que o artigo 5º da Carta da OTAN fosse acionado em caso de ameaça ao abastecimento energético a um dos membros (Belkin, 2008).

Movidos pela necessidade de uma logística mais favorável, os Estados Unidos incentivam a construção de gasodutos e oleodutos desde a Ásia Central até a Europa para além do território russo, e para isso selam alianças políticas e militares com países notoriamente autocráticos. A estratégia de energia americana para a Eurásia se revela uma fonte geradora de instabilidade e descontentamento no velho continente sempre que obriga a Europa a se posicionar diante de um conflito político, étnico ou militar.

O descompasso nos interesses transatlânticos sugere uma reflexão sobre o conceito de porosidade apresentado por Peter Katzenstein. Em primeiro lugar, a disputa pelos

recursos e rotas na Ásia Central ocorre entre potências transcontinentais em um contexto de hegemonia global americana e de hegemonia regional russa. Os tradicionais aliados na arena mundial se comportam menos cooperativamente quando transportados para o nível regional, onde prevalece a vantagem russa sobre questões de energia. Os Estados Unidos contestam o status quo regional porque esta é uma condição essencial para o projeto imperial, mas o confronto impõe custos demasiado altos para a potência central da maior entre todas as regiões aliadas: a Europa.

Para os Estados Unidos é fundamental que a UE consiga desenvolver uma política energética integrada, pois sem a Europa como refém, a Rússia perderia o controle sobre as reservas e as rotas na Ásia Central. O enquadramento da Rússia, entretanto, deve ser feito de modo a não subtraí-la do Novo Grande Jogo para que ela atue como um elemento contendor da China na Ásia Central. Tamanha complexidade geopolítica esbarra em outras dinâmicas regionais sobre as quais os Estados Unidos exercem menor força. Trata-se do processo tripartite de decisão na UE, que inibe a coordenação de uma grande estratégia transcontinental.

8. GASODUTOS

A UE tenta convencer os Estados membros de que segurança energética não significa independência, mas diversificação. Sem vislumbrar qualquer possibilidade de autossuficiência, procura trazer o debate para a relevância de novos fornecedores e rotas, assim como a liberalização do mercado interno de energia. Ao contrário do que possa parecer a princípio, os três alvos são interligados e abrangem política externa e doméstica, já que o mercado interno é marcado pelas relações bilaterais de governos nacionais e companhias europeias com países e empresas não-membros.

Ainda que não houvesse obstáculo político, diversificar recursos, rotas e fornecedores para o segundo maior consumidor mundial encontra sérias dificuldades físicas. Dada a sua característica líquida, o petróleo apresenta baixo custo relativo de transporte marítimo e por isso permite mais opções. Na prática, a importação do petróleo enfrenta outras adversidades, como a desequilibrada distribuição do produto entre um seleto grupo de países produtores, mas a facilidade de transportá-lo em tanques de grandes petroleiros o insere no mundo das commodities.

No que diz respeito ao gás, o frete marítimo se complica em função do custo de transformação da forma gasosa em liquefeita. O processo exige unidades de liquefação na origem e de regaseificação nos pontos de recepção, e o ritmo de construção dessas pontas tem sido desigual, com maior velocidade para os terminais de destino (IEA, 2008-a, p.18). Embora a sua utilização venha crescendo anualmente, o setor enfrenta atrasos nos projetos atuais e oscilação nos preços do mercado spot. Assim, o comércio segue ainda muito regionalizado, restando aos consumidores estabelecer boas relações e uma confiável rede de gasodutos com os produtores na vizinhança.

Conquanto a rede de gasodutos existente entre Europa e Rússia/Cáspio tenha sido construída nos últimos 40 anos – período de abundância, acessibilidade e competitividade nos preços de energia – a sua ampliação esbarra em uma intrincada engenharia geográfica e política. Conturbações geopolíticas retardam os investimentos essenciais nessa região dependente de capital externo. Os atrasos têm um efeito multiplicador sobre os custos, muitos dos quais superando em 50% as estimativas iniciais, sendo Nord Stream e Nabucco dois bons exemplos da distância real entre orçamento planejado e custo de execução.

Tido como o grande favorecido imediato pela crise russo-ucraniana, o Nord Stream Line é um projeto subaquático pelo Mar Báltico entre a cidade russa de Vyborg e a alemã Greifswald, planejado para evitar o acesso terrestre via Polônia e Lituânia, justamente os mais ferrenhos opositores de uma aproximação com Moscou. Entre as suas vantagens destacam-se a alta tecnologia, o prazo de conclusão e a eliminação de intermediários. Com previsão de entrega para 2011, o projeto é aclamado por

alguns porque alivia as rotas sujeitas a turbulências políticas nacionais, e condenado pelos que veem na sua construção uma tentativa de monopolização pela Gazprom, majoritária no consórcio com as alemãs BASF/Wintershall e E.ON Ruhrgas, e com a holandesa Gasunie.

Os protestos dos vizinhos do leste e da Suécia, a incômoda presença de Gerhard Schröder no comitê dos acionistas, e a preservação ambiental no Báltico perdem na disputa argumentativa para a segurança energética da Europa ocidental. Nem a contraditória certeza de que o Nord Stream libera a Europa parcialmente do monopólio dos países-trânsito ao mesmo tempo em que consolida o domínio do fornecedor esmorece os seus defensores ou afugenta o capital privado, este muito mais propenso a investir em uma relação estável no norte do que apostar nas explosivas rotas do centro-sul. Segundo Gerhard Schröder, uma boa parceria com a Rússia é fundamental para a UE, particularmente para a Alemanha, mas também para os Estados Unidos. Além da dependência atual europeia, ele acredita que a aproximação favorece uma eventual participação ocidental nas reservas russas da Sibéria, chance ameaçada pela proximidade geográfica e pelo interesse da China (Schröder, 2009).

Para os países europeus que tiveram o destino no último século definido pelas imprevisíveis relações entre a Alemanha e a Rússia, somente uma coisa pode ser mais assustadora do que a revitalização individual dos dois países: a relação especial entre eles. A Rússia continua sendo um fator de divisão da unidade europeia (Rahr, 2007, p. 137) e, ainda que a UE seja a principal orientação da política externa de Berlim, a Alemanha não abandonou o multilateralismo pragmático dos anos de semi-soberania.

> [...] os multilateralistas recomendam a continuidade da política de Adenauer e de seus sucessores, o que inclui a participação na União Europeia, sem que essa estratégia leve ao enfraquecimento das relações com os Estados Unidos e com a Rússia, dos quais dependem a estabilidade europeia e a segurança energética do continente (Ferreira, 2008, p. 45).

Outros países preferem gasodutos alternativos como o Nabucco, cuja concepção original exclui a Rússia do rol de distribuidores ao trazer gás e petróleo desde Azerbaijão, Cazaquistão, Rússia e Turcomenistão através da Geórgia, Turquia, Bulgária, Romênia e Hungria até o centro de distribuição em Baumgarten na Áustria. O relatório do Congressional Research Service para o Congresso Americano sintetiza a opinião prevalecente de especialistas de segurança nos institutos de pesquisas e na mídia dos Estados Unidos sobre a importância do Nabucco para a segurança energética europeia e para a estabilidade regional (Belkin, 2008).

Torcida de peso à parte, o projeto sofre incansável resistência de muitos atores estatais e não-estatais igualmente importantes. França, Itália e, principalmente, Alemanha o desaprovam. Para desacelerar ainda mais o projeto, o descontentamento da Rússia e os conflitos nacionalistas na rota do gasoduto provocam hesitação dos investidores estrangeiros quanto à sua viabilidade em termos de segurança.

Parte do gasoduto cortaria a conflituosa região de Karabakh, ocupada pela Armênia desde 1990 e reclamada pelo Azerbaijão. Nenhuma declaração dos líderes armênios pró-Rússia indica quaisquer concessões nessa direção, mas alguns especialistas já acreditam que a sorte de Nabucco pode estar nos efeitos da crise econômica. Segundo pesquisa realizada entre a população armênia, os temas nacionalistas não mais se sobrepõem às questões sociais e econômicas (Halbach, 2009), abrindo uma brecha para que Nagorno-Karabakh deixe de afetar a psique social, e as negociações em torno da construção de Nabucco sejam retomadas. Não foi à toa que a Rússia tratou de socorrer o aliado com $500 milhões na crise financeira (Rianovosti, 2008).

Historicamente, o Irã apoia a questão armênia, mas a sua disposição para dialogar com o Azerbaijão cresce à medida que suas próprias reservas são consideradas potenciais para aquele gasoduto (Iran Daily, 2009) e a Turquia se fortalece como elo energético, político e religioso entre ocidentais e orientais. Os

interesses econômicos atraem, mas as disputas secundárias entre potências médias pela influência regional contribuem para voltar os olhos dos aiatolás naquela direção.

Para a Rússia, o impasse europeu e transatlântico sobre o gasoduto favorece um terceiro projeto, o South Stream Line. Segundo na linha de importância para a Gazprom, ele permitiria o transporte da Rússia para Turquia e Bulgária, de onde bifurcariam duas extensões, sendo uma via Grécia para Itália e outra via Sérvia e Hungria para Áustria. Entre outras vantagens, o South Stream daria à Rússia acesso ao mercado sul europeu de petróleo e gás, hoje mais facilmente atendido por produtores árabes e africanos. O maior empecilho técnico é o custo da engenharia a 2.000 metros abaixo do Mar Negro, muito embora a dificuldade física possa ser mais facilmente superada do que o impasse político com a Romênia e a Ucrânia, cujas zonas econômicas exclusivas se interpõem no caminho. Diretamente contrário aos interesses de ambas, envolvida a primeira no Nabucco e a segunda nas rotas tradicionais, e embora o South Stream esteja amparado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito de Mar, os dois países podem exigir verificações ambientais e de segurança que retardem a sua construção.

9. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A Rússia vive uma relação ambígua com o Exterior Próximo, em parte por depender dele comercialmente e em parte por vê-lo como ameaça à sua segurança em vista da capacidade desses países interromperem o fluxo para Europa e afetar a principal fonte de renda do governo e do setor privado, bem como interesses não-econômicos. À medida que países do Cáucaso e do Cáspio respondem positivamente às cenouras oferecidas pelos ocidentais, os russos se sentem isolados e reagem de modo não-cooperativo.

Para o periódico The Nation, os Estados Unidos deveriam parar de incitar governos e atrair o antigo rival para um diálogo renovador sobre a recuperação econômica dos países falidos na região, e também sobre as relações com o Irã em prol de uma solução no Afeganistão. Para isso, Barack Obama precisa desconsiderar os "Novos Guerreiros Frios" internos, como Robert Kagan e o conservador Washington Post, e também os externos, como a Polônia.

O apoio da Ucrânia à estratégia de energia dos aliados atlânticos será cobrado na forma de suporte diplomático, jurídico e militar em caso de confronto com a Rússia sobre a renovação da concessão do porto de Sebastopol em 2017. O presidente Viktor Yushchenko não admite a permanência da frota russa na Criméia após aquele prazo e aponta seus opositores Yulia Tymoschenko e Viktor Yanukovich como conspiradores pela renovação do acordo. Além do fato da população da Criméia ser de maioria étnica russa, a posição geográfica do porto tem grande importância estratégica para Moscou em qualquer circunstância, especialmente no caso da Ucrânia aderir à OTAN, além de facilitar o controle sobre o South Stream Line.

Duas semanas antes da crise do gás, a ex-secretária de Estado, Condoleeza Rice e seu homônimo ucraniano, Volodymyr Ohryzko, assinaram a "Carta de Parceria Estratégica Estados Unidos-Ucrânia", na qual reafirmam a inclusão da Ucrânia nas instituições transatlânticas, sua integridade territorial, sua soberania na Criméia, a importância de sua independência energética e da reestruturação da infraestrutura física dos gasodutos. Rice retomou o discurso da bipolaridade para reforçar o papel da Ucrânia no sentido de preservar a unidade, a liberdade e a paz europeias (America. Gov, 2008).

Por ora, parcerias, retóricas e investimentos são os únicos instrumentos de que os Estados Unidos dispõem para não perder a Ucrânia, porque a adesão deste país à UE será sistematicamente recusada pelo Conselho Europeu antes que a situação de Sebastopol se defina em favor de Kiev, evitando uma nova Kalingrado encravada dentro das fronteiras comunitárias.

CONCLUSÃO

As projeções de esgotamento dos combustíveis não-renováveis, seus impactos ambientais e as oscilações dos preços desafiam o padrão de vida da civilização atual, promovem a energia ao seleto grupo de infraestruturas críticas e a sua preservação se revela mais urgente pelo grau de dependência da União Europeia e pelas implicações geopolíticas dessa vulnerabilidade na estratégia de segurança dos Estados Unidos, visto que constrange a atuação de ambos.

Enquanto o processo europeu de decisão segue estagnado, atores estatais e não-estatais, regionais e mundiais, travam uma disputa de forças tangenciais, cada qual na intenção de alienar o maior número possível de concorrentes comerciais e políticos sobre a região da Europa Oriental e da Ásia Central.

BIBLIOGRAFIA

Livros

ARRIGHI, G. 2008. Adam Smith em Pequim. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.

COOPER, R. 2002. "The post-modern States". In: LEONARD, M (ed.). Re-ordering the world. The Foreign Policy Centre. Disponível em: http://fpc.org.uk/fsblob/36.pdf.

HOBSBAWM, E. J. 1994. A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Editora Schwarcz.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). 2008-c. Energy policies review: The European Union. Paris: OCDE/IEA.

_____. 2008-a. Natural gas market review 2008: optimizing investments and ensuring security in a high-priced environment. Paris: OECD/IEA.

_____. 2008-b. World energy outlook 2008. Paris: OECD/IEA.

KAGAN, R. 2003. Of paradise and power: America and Europe in the new world order. New York: Alfred A. Knopf.

KATZENSTEIN, P. J. 2005. A world of region: Asia and Europe in the American Imperium. New York: Cornell University Press.

KLARE, M. 2008. 1ª ed. Rising powers, shrinking planet: The new geopolitics of energy. New York: Metropolitan Books.

ROEDER, P. G. 1997. "From hierarchy to hegemony: the post-Soviet Security Treat Complex". In: LAKE, D. A; MORGAN, P. M. (orgs.) Regional orders: building security in a new world. University Park: The Pennsylvania State University Press.

VON PLATO, A. 2003. Die Vereinigung Deutschlands: Ein weltpolitisches Machtspiel. 1ª ed. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung.

Artigos

BELKIN, P. 2008. "The European Union's security challenges". CRS Report for Congress. Washington: Order Code RL 33636.

HALBACH, U. 2009. "Die Weltwirtschaftskrise in Kaukasien und Zentralasien". SWP Aktuell, April.

HOOGEVEEN, F.; PERLOT, W. 2005. "Tomorrow's mores: The international system, geopolitical changes and energy". Clingendael International Energy Programme.

PIFER, S. 2009. "Averting crisis in Ukraine". CSR41. Council on Foreign Relations, January.

PIRANI, S. 2007. "Ukraine's gas sector". Oxford Institute for Energy Studies.

_____; STERN, J.; YAFIMAVA, K. 2009. "The Russo-Ukrainian gas dispute of January 2009: a comprehensive assessment". Oxford Institute for Energy Studies.

RAHR, A.; KRAUSE, J. 1995. "Russia's new foreign policy". Arbeitspapiere zur Internationalen Politik, 91, Forschungs Institut der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik.

SCHÄFFER, S.; TOLKSDORF, D. 2009. "Dispute between Russia and Ukraine settled? Strategies for the European Union to get out of the gas trap". C.A.P. Perspectives, Center for Applied Policy Researches, n. 1, January.

STERN, J. 2006. "The Russian-Ukrainian gas crisis of January 2006". Oxford: Oxford Institute for Energy Studies, 2006.

Artigos de revistas e jornais impressos e em meio eletrônico

BARBER, T. 2009. "Russia denies Ukraine gas system move". Financial Times. Disponível em: http://www.ft.com/cms/s/0/c4dc11f0-f230-11-dd-9678-0000779fd2ac.html.

BEDNARZ, D.; FALKSSOHN, R.; SZANDAR, A. 2009. "Allies struggle to find safer supply routes". Spiegel Online International, 17 fev. 2009. Disponível em: http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,608137,00.html.

BRINKLEY, D. 1997. "Democratic enlargement: The Clinton Doctrine". Foreign Policy, n. 106, Spring, pp. 111-125.

"DIE Linke fordert die sofortige Stilllegung allerAtomanlagen". Die Linke. Disponível em: http://www.die-linke-hh.de/politik/diskussionen/detail/artikel/diskussionen/die-linke-fordert-die-sofortige-stilllegung-aller-atomanlagen/download.pdf.

"EU keeps door half-open for Ukraine". Euractiv, 10 set. 2008. Disponível em: http://www.euractiv.com/en/enlargement/eu-keeps-door-half-open-ukraine/article-175221.

"EUA acusam China de perseguir seus navios: Pequim aponta espionagem". Folha de S. Paulo, 10 mar. 2009, Mundo, p. 14.

FERGUSON, N. 2003. "Think again: power". Foreign Policy, n. 134, March-April, pp. 18-24.

"FM warns Ukrainian gas transit system overhaul may disrupt gas supplies". 2009. ITAR-TASS. Disponível em: http://www.itar-tass.com/eng/level2.html?NewsID=13709810&PageNum=0.

HEUVEL, K. V. 2009. "Reset with Russia". The Nation. Disponível em: http://www.thenation.com/blogs/edcut/414632/reset_with_russia?rel=emailNation.

"INTEREST in Nabucco Pipeline". 2009. Iran Daily. Disponível em: http://www.iran-daily.com/1387/3143/pdf/i4.pdf.

KLUSSMAN, U. "The Russian Parliament's intellectual giants". Spiegel Online International, 21 nov. 2007. Disponível em: http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,518754,00.html.

"NAFTOGAZ of Ukraine indignant at Gazprom OJSC's statements". NAFTOGAZ. Disponível em: http://www.naftogaz.com/www/2/nakweben.nsf/0/E78BE97B152CE449C225753700691301?OpenDocument&year=2009&month=01&nt=News&

PIEBALGS, A. 2009. "EU energy policy: towards a third industrial revolution". Euractiv. Disponível em: http://www.euractiv.com/en/energy/eu-energy-policy-third-industrial-revolution/article-180372.

RAHR, A. 2007. "Germany and Russia: a special relationship". The Washington Quarterly, 30:2, pp. 137-145.

"RUE: A mistery player in Russia-ukranian row". Reuters, 3 jan. 2009. Disponível em: http://www.reuters.com/article/GCA-Oil/idUSTRE5021-BN20090103.

"RUSSIA to grant Armenia $500 mln loan". 2009. Rianovosti. Disponível em: http://en.rian.ru/business/20090227/120351723.html.

"RUSSIAN gas deliveries towards Ukraine initiated". Gazprom. Disponível em: http://www.gazprom.com/eng/news/2009/01/33736.shtml.

"SAAKASCHWILI hat sich verkalkuliert". Spiegel Online International, 11 ago. 2008. Disponível em: http://www.spiegel.de/politik/ausland/0,1518,571256,00.html.

SCHRÖDER, G. 2009. "Opening address in global gas day, 2009". CERAWeek 2009. Disponível em: http://www2.cera.com/attachment/view/0,2017,35858,00.pdf.

SIMON, T. "Why Russia's Nord Stream is winning the pipeline race". EuropeanVoice, 29 jan. 2009. Disponível em: http://www.europeanvoice.com/article/imported/why-russia's-nord-stream-is-winning-the-pipeline-race/63780.aspx.

STERN, D. "Economic crisis sweeps Eastern Ukraine".

The New York Times, 8 abr. 2009. Disponível em: http://www.nytimes.com/2009/04/08/world/europe/08ukraine.html.

"THE World in 2009". 2009. The Economist.

"UKRAINE'S economy to shrink 9%". BBC, 07 abr. 2009. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/7988196.stm.

Dissertação de mestrado

FERREIRA, R. S. Alemanha reunificada: o debate nacional sobre identidade e política externa. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

Documentos oficiais

AMERICA.GOV. 2008. United States, Ukraine sign Security Charter. Disponível em: http://www.america.gov/st/peacesec-english/2008/December/20081219155712dmslahrellek5.079287e-02.html.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. Green Paper: Towards a European strategy for the security of energy supply. COM(2000) 769 final. Brussels: 29 nov. 2000.

EUROPEAN COMMISSION. 2008. EU Energy Security and Solidarity Action Plan: 2nd Strategic Energy Review. Disponível em: http://ec.europa.eu/energy/strategies/2008/2008_11_ser2_en.htm.

EUROPEAN UNION. 2009. An energy policy for Europe. COM(2007)1. Disponível em: http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/l27067.htm.

ORGANIZING FOR AMERICA. Barack Obama and Joe Biden: New Energy for America. Disponível em: http://my.barackobama.com/page/content/newenergy_campaign.

PUTIN, V. Discurso de inauguração no World Economic Forum 2009. Disponível em: http://premier.gov.ru/eng/visits/world/95/1921.html.

UNIÃO EUROPEIA. 2003. Diretiva 2003/55/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:176:0057:0078:PT:PDF.

UNIÃO EUROPEIA. 2009. Programa Europeu de Proteção das Infra-estruturas Críticas. Disponível em: http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l33260.htm.

US DEPARTMENT OF STATE. 2008. United States-Ukraine charter on strategic partnership. Disponível em: http://merln.ndu.edu/archivepdf/EUR/State/113366.pdf.

Mapas e figuras

EUROPEAN COMMISSION. 2008. EU energy in figures 2007/2008. Directorate-General for Energy and Transport (DG TREN), Brussels.

"THE battle for gas: Europe's pipeline war". Spiegel Online International, 27 jan. 2009. Disponível em: http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,603803,00.html.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU)

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) tem como objetivo produzir conhecimento qualificado sobre política externa americana para diferentes setores no Brasil, destacadamente, o universo acadêmico, empresarial e governamental.

PRINCIPAIS TÓPICOS DE PESQUISA

POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS
Subáreas: Política Comercial; Reforma Financeira; Investimento e Segurança

GRANDE ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS
Subáreas: EUA no Sistema Mundial; Política Energética; Ajuda Externa

O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA GLOBAL
Subáreas: Sistema Multilateral de Comércio; Organizações Econômicas Internacionais; Direitos Humanos; Combate ao Terrorismo

INTEGRAÇÃO E CRISE NA AMÉRICA DO SUL E A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A REGIÃO
Subáreas: Integração Regional; Relações com o MERCOSUL; Política de Segurança; Energia

PESQUISADORES PRINCIPAIS

Comitê Gestor:
Tullo Vigevani - Coordenador Geral
Sebastião C. Velasco e Cruz - Coordenador de Pesquisa
Reginaldo C. C. de Moraes - Coordenador de Difusão de Conhecimentos
Flávia de Campos Mello - Coordenadora de Ensino

Assistente da Coordenação:
Filipe Almeida Mendonça - Unicamp

Conselho Acadêmico:
Tullo Vigevani – Unesp/ Cedec
Andrei Koerner - Unicamp
Cristina Carvalho Pacheco - UEPB
Flávia de Campos Mello - PUC-SP
Jaime Cesar Coelho - UFSC
Luis Fernando Ayerbe - Unesp
Reginaldo Mattar Nasser - PUC-SP
Reginaldo C. C. de Moraes - Unicamp
Ricardo Alaggio Ribeiro - UFPI
Sebastião C. Velasco e Cruz - Unicamp/Cedec

INCT-INEU

http://www.inct-ineu.org.br

inct-ineu@inct-ineu.org.br